



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

Procedimento concursal de recrutamento para ocupação de 1 posto de trabalho (assistentes operacionais – AO) em regime de contrato a termo resolutivo certo para o ano escolar 2015/2016.

1- Métodos de seleção:

1.1 - Avaliação curricular (60%) e entrevista (40%)

1.2 - A avaliação curricular visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica e profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada e tipo de funções exercidas. Será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos elementos a avaliar. Para tal, serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, e que são os seguintes:

Habilitação Académica de Base (HAB) - 10%, Experiência Profissional (EP) - 30%, Formação Profissional (FP) - 20%.

1.3 - Habilitação Académica de Base (HAB), graduada com a seguinte pontuação:

- a) 20 valores - habilitação de grau académico superior;
- b) 18 valores - 11.º ano ou 12.º ano de escolaridade ou cursos que lhe sejam equiparados;
- c) 16 valores - escolaridade obrigatória de acordo com a idade do candidato que pode ser substituída por experiência profissional comprovada.

1.4 - Experiência profissional (EP) - tempo de serviço no exercício das funções inerentes à carreira e categoria em realidade social, escolar e educativa do contexto onde desempenhará as funções para as quais se promove o presente procedimento concursal, de acordo com a seguinte pontuação:

- a) 20 valores - 5 anos ou mais de tempo de serviço em contexto educativo ou escolar;
- b) 18 valores - de 3 anos a menos de 5 anos de tempo de serviço em contexto educativo ou escolar;
- c) 16 valores - de 1 ano a menos de 3 anos de tempo de serviço em contexto educativo ou escolar;
- d) 14 valores - menos de 1 ano de tempo de serviço em contexto educativo ou escolar;
- e) 12 valores - 10 ou mais anos de tempo de serviço em contexto diverso;
- f) 10 valores - menos de 10 anos de tempo de serviço em contexto diverso;
- g) 0 valores - sem experiência profissional.

1.5 - Formação profissional (FP) - formação direta ou indiretamente relacionada com as áreas funcionais a recrutar:

- a) 20 valores - formação profissional de nível IV ou equivalente na área funcional;
- b) 18 valores - formação profissional de nível III ou equivalente na área funcional;

- c) 16 valores - formação diretamente relacionada com a área funcional, num total de 50 ou mais horas;
- d) 14 valores - formação diretamente relacionada com a área funcional, num total de 25 a 49 horas;
- e) 12 valores - formação diretamente relacionada com a área funcional, até total de 24 horas;
- f) 10 valores - formação indiretamente relacionada com a área funcional, independentemente do número de horas;
- g) 0 valores - ausência de formação.

1.6 - A EAC (Entrevista de Avaliação de Competências) visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com um perfil de competências relevantes para o exercício da função a desempenhar.

Entrevista de Avaliação de Competências - 40%:

O guião da entrevista inclui 3 domínios / subcritérios, com as seguintes subponderações:

- Relacionamento interpessoal - 15% do total da Avaliação Final
- Capacidade de resposta a situações concretas - 15% do total da Avaliação Final
- Capacidade de comunicação- 10% do total da Avaliação Final

Cada um dos domínios será pontuado de 1 (um) a 5 (cinco) pontos, conforme as respostas reflitam um dos seguintes níveis:

- Excelente - 5
- Bom - 3
- Regular - 1

A classificação a atribuir à EAC é a soma dos níveis atribuídos a cada um dos respetivos domínios, tendo em conta as subponderações atrás referidas.

A falta do candidato à Entrevista Pessoal de Seleção, determina a exclusão do concurso.

3 - A Ordenação final dos candidatos admitidos ao procedimento concursal é efetuada de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores com valoração às centésimas, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada um dos elementos dos métodos de seleção utilizados.

4 – Nos termos da alínea t) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83 -A/2009, de 22 de janeiro, os critérios de apreciação e de ponderação dos métodos de seleção, bem como o sistema de classificação final dos candidatos, incluindo a respetiva fórmula classificativa, constam das atas das reuniões do júri do procedimento, as quais serão facultadas aos candidatos, no prazo de 3 dias úteis, sempre que solicitadas.

5 – Exclusão e notificação dos candidatos - Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo. 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, para realização da audiência dos interessados nos termos do CPA.

6 - Critério de desempate:

6.1 - Em caso de igualdade de valoração os critérios de desempate a adotar são os constantes do n.º 1 do artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, com redação dada pela Portaria n.º 145-A/ 2011, de 6 de Abril.

6.2 - Para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º da referida Portaria e nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, neste procedimento concursal o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sob qualquer outra preferência legal.

6.3 - A ordenação dos candidatos que se encontrem em situação de igualdade de valoração e em situação não configurada pela Lei como preferencial, é efetuada, de forma decrescente, tendo por referência os seguintes critérios:

- a) Valoração da Experiência Profissional (EP);
- b) Valoração da Formação Profissional (FP);
- c) Valoração da Habilitação Académica de Base (HAB);
- d) Preferência pelo candidato de maior idade.

7 - Da lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados e dos excluídos no decurso da aplicação do método de seleção aplicado há lugar à notificação, para efeitos de audiência de interessados, nos termos do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro e do artº 80º do CPA.

8 - A lista unitária da ordenação final dos candidatos, após homologação pelo Diretor do Agrupamento de Escolas Escultor António Fernandes de Sá, Vila Nova de Gaia, é afixada nas respetivas instalações em local visível e público e disponibilizada na página eletrónica do Agrupamento de Escolas Escultor António Fernandes de Sá, Vila Nova de Gaia.

9 - Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, «A Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades, entre homens e mulheres, o acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar, toda e qualquer forma de discriminação».

Oliveira do Douro, 24 de agosto de 2015

A Presidente do júri



(Maria Beatriz Azevedo Cordeiro Gomes)